Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

www.pwc.com.br

Assú Transmissora de Energia Ltda.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor independente

pwc

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Assú Transmissora de Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Assú Transmissora de Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 21, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 4 de abril de 2024, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2024, examinamos também os ajustes descritos na Nota 21 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2023, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício de 2023 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2023 tomadas em conjunto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

Assú Transmissora de Energia Ltda.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 23 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by
Assinado por: Gabriel Pintarelli Fialho:05926897947
CPF: 05926897947
Data/Hora da Assinatura: 23 de abril de 2025 | 17:02 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC SyngularID Multipla
ICP Brasil

Gabriel Pintarelli Fialho
Contador CRC 1PR066300/O-1

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2024	2023	01/01/2023
			Reapresentado	Reapresentado
CIRCULANTE		**23.990**	**23.116**	**24.365**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	5.309	3.661	4.316
Clientes	5	892	446	254
Imposto a Recuperar	6	126	144	114
Estoques	7	2.311	2.311	2.170
Outros Créditos			-	-
Despesas Antecipadas		138	140	285
Ativo da Financeiro		-	-	-
Ativo da Concessão	8	15.214	16.414	17.226
NÃO-CIRCULANTE		**128.683**	**130.400**	**130.680**
Ativo da Financeiro	8	**-**	**-**	**-**
Ativo da Concessão	8	**128.576**	**130.263**	**130.551**
Imobilizado		**15**	**17**	**9**
Intangível	9	**92**	**120**	**120**
TOTAL DO ATIVO		**152.673**	**153.516**	**155.045**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2024	2023	01/01/2023
			Reapresentado	Reapresentado
CIRCULANTE		**7.399**	**6.767**	**7.392**
Fornecedores	10	1.295	1.262	1.618
Empréstimos e Financiamentos	11	4.662	3.838	3.838
Obrigações Fiscais	12	267	342	290
Obrigação com Quotistas	13	908	1.149	1.587
Outras Obrigações	15	267	176	59
NÃO CIRCULANTE		**78.730**	**87.287**	**125.886**
Empréstimos e Financiamentos	11	67.313	72.432	76.431
Obrigações Fiscais Diferidas	14	9.677	9.871	9.945
Outras Obrigações	15	1.557	1.193	1.193
Adiantamento Futuro Aumento de Capital Social	16	183	3.791	38.317
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	**66.544**	**59.462**	**21.767**
Capital Social		51.000	51.000	19.633
Reservas de Lucros		15.544	8.462	2.134
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**152.673**	**153.516**	**155.045**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de Reais, Exceto Lucro por Quota)

	Nota	2024	2023 Reapresentado
Receita de Construção		18	2.516
Receita de O&M		3.613	2.508
Receita com remuneração de ativo de concessão		13.509	13.610
Receita Operacional Bruta		**17.140**	**18.634**
(-) Deduções		(862)	(763)
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	18	**16.278**	**17.871**
(-) Custos Operacionais		(1.162)	(4.550)
Lucro Bruto		**15.116**	**13.321**
Receitas (Despesas) Operacionais		(98)	(75)
Gerais e Administrativas	19	(98)	(75)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		**15.018**	**13.246**
Resultado Financeiro	20	(7.239)	(8.498)
Receitas Financeiras		527	793
Despesas Financeiras		(7.766)	(9.291)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**7.779**	**4.748**
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		(786)	(574)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos		89	(34)
Resultado Líquido do Exercício		**7.082**	**4.140**
Lucro por Quota:		**0,139**	**0,081**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro Líquido do Exercício	**7.082**	**4.140**
Outros Resultados abrangentes reclassificados para exercício em períodos subsequentes		
Total de Outros Resultados Abrangentes	**-**	**-**
Resultado abrangente total do exercício	**7.082**	**4.140**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
(Em milhares de Reais)

		Reservas de Lucros			
	Capital Social	**Reserva Legal**	**Lucros à disposição dos Quotistas**	**Lucros Acumulados**	**Patrimônio Líquido Total**
Em 31 de dezembro de 2022	**19.633**	**913**	**4.393**	**-**	**24.939**
Aumento de Capital cfm AGE	31.367	-	-	-	31.367
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	4.140	4.140
Reserva Legal	-	207	-	(207)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	(984)	(984)
Lucros a Disposição da Assembleia	-	-	2.949	(2.949)	-
Em 31 de dezembro de 2023 - reapresentado	**51.000**	**1.120**	**7.342**	**-**	**59.462**
Reversão Reserva Legal	-	(1.120)	1.120	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	7.082	7.082
Lucros a Disposição dos Quotistas	-	-	7.082	(7.082)	-
Em 31 de dezembro de 2024	**51.000**	**-**	**15.544**	**-**	**66.544**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
MÉTODO INDIRETO
(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2024**	**2023**
		Reapresentado
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	7.779	4.748
Ajustado por:		
Amortização	3.279	3.850
Obrigações Fiscais Diferidas	(194)	(74)
Doações de Imobilizados Recebidos	(364)	-
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	**10.500**	**8.524**
Clientes	(446)	(192)
Impostos a Recuperar	18	(30)
Estoques	-	(20)
Despesas Antecipadas	2	(33)
Outros Créditos	-	57
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	**(426)**	**(218)**
Fornecedores	33	(356)
Obrigações Sociais	-	(16)
Obrigações Fiscais	(772)	(540)
Outras Obrigações	455	117
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	**(284)**	**(795)**
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**9.790**	**7.511**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de Imobilizados	2	(8)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**2**	**(8)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	(3.608)	(3.159)
Lucros/Dividendos Propostos	(241)	(1.000)
Operação de Empréstimos e Financiamentos	(4.295)	(3.999)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**(8.144)**	**(8.158)**
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**1.648**	**(655)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**3.661**	**4.316**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**5.309**	**3.661**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Assú Transmissora de Energia Ltda. é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica, iniciou suas atividades em 08 de fevereiro de 2018, está registrada no CNPJ sob nº 29.740.261/0001-20, e Escritura Pública de Constituição de Empresa Anônima Fechada nº 0884-N, às folhas 212, e em 30 de dezembro de 2024 transformada em Empresa "Ltda", segue sob a forma de subsidiária integral de Cesbe Participações S.A., com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua João Negrão, nº 2226, bairro Prado Velho, CEP 80230-150, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 05/2018, Lote 5 - ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público, publicado no Diário Oficial da União, edição 48, de 12 de março de 2018, seção 3, página 104,pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas do Lote 5 do Edital do Leilão nº 02/2017 - ANEEL - "Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão".

A Empresa tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do sistema interligado nacional, especificamente das instalações constituídas por: instalações de transmissão localizadas no estado do Rio Grande do Norte, compostas na subestação Açu III, pelos pátios 500/230kv, 3ª e 4ª unidades de transformação - (6+1 res) x 300 mva; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

São ainda de responsabilidade da Assú Transmissora de Energia Ltda. a implementação de: trechos de Linhas de Transmissão em 230 kV, circuitos duplos, compreendidos entre a SE Açu III e os pontos de seccionamentos de: Linha de Transmissão em 230kV Açu II – Mossoró II, primeiro circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açu II – Mossoró II, segundo circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açu II – Lagoa Nova II, primeiro circuito; as entradas de linha correspondentes na Subestação Açu III, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas das referidas linhas nas subestações Açu II, Mossoró II e Lagoa Nova II.

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

A subestação de Açu III entrou em operação comercial em 22 de novembro de 2021, com o Termo de Liberação Provisória, sendo emitido os Termos de Liberação Definitivo no ano de 2022.

Ao final do prazo da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à transmissão de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e, ainda, não amortizados.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a Empresa atua, e representam a posição patrimonial e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2024, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

As políticas contábeis materiais adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 23 de abril de 2025.

NOTA 03 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E RISCOS

3.1 Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço.

3.4 Ativo da Concessão

A Assú é titular de uma "concessão" e a infraestrutura não será registrada como ativo imobilizado da Empresa porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos

3.4.1 Ativo da Concessão – Indenizável

A remuneração da Empresa é garantida como um recebível relativo ao direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e orientação técnica OCPC 05.
O recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizados pela Empresa.

A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Empresa, ou prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Empresa integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando a base de cálculo da tarifa de prestação de serviço de concessão, o que ocorrer primeiro.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba as contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescida das avaliações monetárias, quando contratadas.

3.4.2 Ativo da Concessão – Não Indenizável

Estes ativos da concessão estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que não serão indenizados pelo poder concedente.

Os custos do Ativo de Concessão estão relacionados aos custos atribuíveis pelo período contado a partir da data em que o contrato foi firmado com a ANEEL até a data de sua conclusão. Quando extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema de Serviço Público de Transmissão transferidos à Concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão.

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

3.4.3 Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ICPC 10, a Empresa efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos financeiros gerados nos contratos de concessão.

3.4.4 Momento de reconhecimento do Ativo de Concessão

A Administração da Empresa reconhece os ativos de concessão com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, e as amortizações se iniciam a partir do momento em que os respectivos ativos entrarem em operação.

3.4.5 Determinação de amortização periódica dos ativos de concessão oriundos dos contratos de concessão

A Empresa reconhece o efeito de amortização dos ativos de concessão decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão, após o início das operações.

3.5 Receita de aplicação financeira

A receita de aplicação financeira é reconhecida em base pro rata dia com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros.

3.6 Empréstimos e Financiamentos

As obrigações são atualizadas pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos.

3.7 Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.8 Forma de tributação

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras, sendo aplicados para esta Empresa, os critérios relativos às apurações baseadas no Lucro Presumido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos na demonstração de resultado, decorrem dos juros dos ativos financeiros que estão registrados pelo valor presente dos direitos e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos.

3.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Empresa liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

3.10 AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os Aportes de capital foram efetuados na modalidade de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

3.11 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzidos da depreciação/reintegração que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Aneel.

3.12 Intangível

O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição deduzidos da amortização que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Aneel e/ou pelo seu prazo de concessão.

3.13 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das demonstrações financeiras.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras são:

(a) Provisão para perdas de liquidação duvidosa (PCLD);
(b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
(c) Impairment dos ativos financeiros, imobilizados e intangíveis; e,
(d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

3.14 Mensuração do Valor Justo

A Empresa mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e,
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Empresa.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.
Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Empresa determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

3.15. RISCOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.15.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

3.15.2 Gestão de risco financeiro

A companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

(a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
(b) Aplicações Financeiras: São classificadas como mantidos para negociação e mensurados ao valor justo por meio do resultado.
(c) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
(d) Valor justo: Não há instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.
(e) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

3.15.3 Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.
A companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros, primando pela equiparação dos indexadores.

3.15.4 Risco de crédito

A companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas e de suas políticas de crédito e cobrança.
Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

3.15.5 Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

3.15.6 Gestão de risco de capital

Os objetivos da companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus quotistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

3.16 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Bancos Conta Movimento	28	32
Aplicações Financeiras (i)	5.281	3.629
Total	**5.309**	**3.661**

(i) Aplicações Financeiras

Banco	Tipo	Liquidez	2024	2023
Banco Santander	Renda Fixa	Imediata	4	8
Banco do Nordeste - BNB	Renda Fixa	Garantia	3.715	3.426
Banco Itaú	Renda Fixa	Imediata	1.562	195
		Total	**5.281**	**3.629**

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Empresa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro, com média de rendimento de 101,78% da CDI no Itaú e com média de rendimento de 83,75% da CDI no BNB.

NOTA 05 - CLIENTES

	Saldo a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2024	2023
Encargos de uso da rede elétrica	580	116	196	892	446
Total	**580**	**116**	**196**	**892**	**446**

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os AVC's - avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão. O saldo de clientes está demonstrado em Reais – R$.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Empresa, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

NOTA 06 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	2024	2023
IRRF Retido	75	93
Pis/Cofins/CSLL Retido	51	51
Total	**126**	**144**

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

NOTA 07 – ESTOQUES

	2024	2023
Materiais Sobressalentes	2.190	2.190
Adiantamentos à fornecedores	121	121
Total	**2.311**	**2.311**

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

NOTA 08 – ATIVOS DA CONCESSÃO

Síntese da movimentação do ativo da concessão

		31/12/2023					31/12/2024		
Ativo da Concessão	Taxa média ponderada (a.a.)	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo final líquido
Ativo da Concessão	2% a 6,67%	149.176	(2.499)	**146.677**	364	(3.251)	149.540	(5.750)	**143.790**
		149.176	**(2.499)**	**146.677**	**364**	**(3.251)**	**149.540**	**(5.750)**	**143.790**

Ano Anterior

		31/12/2022					31/12/2023		
Ativo da Concessão	Taxa média ponderada (a.a.)	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo final líquido
Ativo da Concessão	2% a 6,67%	149.176	(1.398)	**147.778**	-	(1.101)	149.176	(2.499)	**146.677**
		149.176	**(1.398)**	**147.778**	**-**	**(1.101)**	**149.176**	**(2.499)**	**146.677**

	2024	2023
Ativo da Concessão - Circulante	15.214	16.414
Ativo da Concessão - Não Circulante	128.576	130.263
Total	**143.790**	**146.677**

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

A concessão da **ASSÚ Transmissora de Energia Ltda.** está classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerido para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Empresa é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de performance de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto para Pessoa Jurídica -IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, que estão registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

A **Assú Transmissora de Energia Ltda**. realizou a implementação de trechos de Linhas de Transmissão em 230 kV, circuitos duplos, compreendidos entre a SE Açu III e os pontos de seccionamentos de: Linha de Transmissão em 230kV Açu II – Mossoró II, primeiro circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açu II – Mossoró II, segundo circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açu II – Lagoa Nova II, primeiro circuito; as entradas de linha correspondentes na Subestação Açu III, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas das referidas linhas nas subestações Açu II, Mossoró II e Lagoa Nova II, os quais foram doados conforme prevê o contrato de concessão para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA, no valor total de R$ 57.023, o qual está incluído no total apresentado do Ativo de Concessão.

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

NOTA 09 – ATIVO INTANGÍVEL

Síntese da movimentação do ativo intangível

		31/12/2023				31/12/2024		
Intangível	Taxa média ponderada (a.a.)	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo inicial líquido	Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo final líquido
Software	20,00%	164	(44)	120	(28)	164	(72)	**92**
		164	**(44)**	**120**	**(28)**	**164**	**(72)**	**92**

Ano Anterior

		31/12/2022				31/12/2023		
Intangível	Taxa média ponderada (a.a.)	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo inicial líquido	Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo final líquido
Software	20,00%	164	(17)	**147**	(27)	164	(44)	**120**
		164	**(17)**	**147**	**(27)**	**164**	**(44)**	**120**

NOTA 10 – FORNECEDORES

	2024	2023
Fornecedores	1.295	1.262
Total	**1.295**	**1.262**
A vencer em até 30 dias	1.295	1.262
Total	**1.295**	**1.262**
Em Reais R$	1.295	1.262
Em Reais R$	**1.295**	**1.262**

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Empresa.

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

NOTA 11 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2024						Vencimento						
Banco	**Modalidade**	**Juros**	**Garantia**	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Em até 1 ano**	**De 1 a 2 anos**	**De 2 a 3 anos**	**De 3 a 4 anos**	**De 4 5 Anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Banco do Nordeste	Financiamento	2,67% a.a. + IPCA	Ações da Cia	4.662	67.313	4.662	4.656	5.112	5.592	6.096	45.857	71.975
Total						**4.662**	**4.656**	**5.112**	**5.592**	**6.096**	**45.857**	**71.975**

Em 31 de Dezembro de 2023						Vencimento						
Banco	**Modalidade**	**Juros**	**Garantia**	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Em até 1 ano**	**De 1 a 2 anos**	**De 2 a 3 anos**	**De 3 a 4 anos**	**De 4 5 Anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Banco do Nordeste	Financiamento	2,67% a.a. + IPCA	Ações da Cia	3.838	72.432	3.838	4.236	4.656	5.112	5.592	52.836	76.270
Total						**3.838**	**4.236**	**4.656**	**5.112**	**5.592**	**52.836**	**76.270**

Os financiamentos estão garantidos por ações da Cia. São reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados o saldo devedor atualizado. Em 31 de dezembro de 2024, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (“covenants financeiros e não financeiros”).

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

Saldos em 2022	**80.269**
Pagamentos de Principal	(3.840)
Pagamentos de Juros	(5.627)
Juros Capitalizados	5.468
Saldos em 2023	**76.270**
Pagamentos de Principal	(4.236)
Pagamentos de Juros	(6.130)
Juros Capitalizados	6.071
Saldos em 2024	**71.975**

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2024	2023
IRPJ a Recolher	126	165
CSLL a Recolher	65	81
Pis a Recolher	10	11
Cofins a Recolher	47	52
INSS a Recolher	9	14
Pis/Cofins e CSLL a Recolher	5	11
ISS a Recolher Terceiros	4	6
IRRF a Recolher	1	2
Total	**267**	**342**

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES COM QUOTISTAS

	2024	2023
Obrigações Com Quotistas/Acionistas	908	1.149
Total	**908**	**1.149**

O montante de R$ 908 (R$ 1.149 em 2023), refere-se aos dividendos aprovados do exercício de 2023, ainda não liquidados. Em 30/12/2024 através da ATA de Assembleia Geral Extraordinária a Empresa deixou de ser uma empresa "S.A." e transformou-se em uma empresa "LTDA".

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDOS

	2024	2023
IRPJ Diferido	3.256	3.322
CSLL Diferida	1.172	1.196
Pis Diferido	935	953
Cofins Diferido	4.314	4.400
Total	**9.677**	**9.871**

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

As obrigações fiscais diferidas são calculadas pelas diferenças temporárias sobre o ativo da concessão. O impacto no resultado de 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 89 (R$ 34 em 31 de dezembro de 2023).

NOTA 15 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2024	2023
Encargos Setoriais a Recolher	267	176
Instalações Recebidas em Transferência	1.557	1.193
Total	**1.824**	**1.369**
Curto Prazo	267	176
Longo Prazo	1.557	1.193
Total	**1.824**	**1.369**

As instalações recebidas em transferência referem-se a bens recebidos sem ônus à Empresa, devendo ser integrados ao patrimônio da união ao final do período de concessão. Estas instalações estão registradas como contrapartida no Ativo da Concessão (Nota 08)

NOTA 16 - ADIANTAMENTO FUTURO AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL

O Saldo de R$ 183 refere-se a adiantamentos para futuro aumento de capital da Empresa. Durante 2023 foi integralizado como aumento de capital social o montante de R$ 31.367.

NOTA 17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social subscrito é de R$ 51.000 (Cinquenta e um milhões de reais), dividido em 51.000.000 quotas sem valor nominal, que em 31/12/2024 representa o montante de R$ 51.000 (Cinquenta e um milhões de reais).

As Reservas de Lucro foram constituídas com o objetivo de reter parte dos lucros gerados pela empresa, visando fortalecer sua posição financeira e garantir maior flexibilidade para enfrentar futuras necessidades de investimentos ou contingências, está medida visa fortalecer sua estrutura de capital e lidar com eventuais desafios econômicos, sempre com o objetivo de preservar sua saúde financeira a longo prazo.

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

NOTA 18 - REMUNERAÇÃO DOS ATIVOS DA CONCESSÃO, LÍQUIDA

	2024	2023
Receita de Construção	18	2.516
Receita de O&M	3.613	2.508
Receita Financeira	13.509	13.610
Receita Operacional Bruta	**17.140**	**18.634**

	2024	2023
(-) Pis	(114)	(122)
(-) Cofins	(528)	(558)
(-) Encargos Setoriais	(220)	(83)
(-) Deduções da Receita	**(862)**	**(763)**
Receita Operacional Líquida	**16.278**	**17.871**

NOTA 19 – GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Serviços de terceiros	(60)	(29)
Despesas Legais	(37)	(21)
Outros	(1)	(25)
(-) Gerais e Administrativas	**(98)**	**(75)**

NOTA 20 - RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras	**2024**	**2023**
Rendimentos de Aplicações Financeiras	506	571
Ajuste a Valor Presente	2	2
Outras Receitas	18	220
Receitas Financeiras	**526**	**793**

Despesas Financeiras	**2024**	**2023**
(-) Despesas Bancárias	(83)	(83)
(-) Juros de Mora	(6.984)	(8.518)
(-) Variações Monetárias	(18)	(10)
(-) Amortização do Ajuste a Valor Presente	(680)	(680)
(-) Despesas Financeiras	**(7.765)**	**(9.291)**
Resultado Financeiro	**(7.239)**	**(8.498)**

NOTA 20 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A administração da Empresa, amparada na opinião dos assessores jurídicos, estima que não há provisões para contingências a serem constituídas ou divulgadas para cobrir eventuais perdas com processos judiciais em 2024.

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

NOTA 21 – REAPRESENTAÇÃO DE CIFRAS COMPARATIVAS

	31 de Dezembro de 2023			1º de Janeiro de 2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL						
ATIVO						
Circulante	**10.057**	**13.059**	**23.116**	**10.494**	**13.871**	**24.365**
Outros Ativos	6.702	-	6.702	7.139	-	7.139
Ativo da Financeiro	3.355	(3.355)	-	3.355	(3.355)	-
Ativo da Concessão	-	16.414	16.414	-	17.226	17.226
Não Circulante	**146.183**	**(15.783)**	**130.400**	**151.838**	**(21.158)**	**130.680**
Outros Ativos Não Circulante	17	-	17	9	-	9
Ativo da Financeiro	92.254	(92.254)	-	95.609	(95.609)	-
Ativo da Concessão	-	130.263	130.263	-	130.551	130.551
Intangível	53.912	(53.792)	120	56.220	(56.100)	120
TOTAL DO ATIVO	**156.240**	**(2.724)**	**153.516**	**162.332**	**(7.287)**	**155.045**
PASSIVO						
Circulante	**6.767**	**-**	**6.767**	**7.392**	**-**	**7.392**
Obrigações Diversas	6.767	-	6.767	7.392	-	7.392
Não Circulante	**79.995**	**7.292**	**87.287**	**118.629**	**7.257**	**125.886**
Obrigações Diversas	77.416		77.416	115.941		115.941
Obrigações Fiscais Diferidas	2.579	7.292	9.871	2.688	7.257	9.945
Patrimonio Líquido	**69.478**	**(10.016)**	**59.462**	**36.311**	**(14.544)**	**21.767**
TOTAL DO PASSIVO	**156.240**	**(2.724)**	**153.516**	**162.332**	**(7.287)**	**155.045**

	31 de Dezembro de 2023		
	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Receita de Construção	-	2.516	2.516
Receita de O&M	19.724	(17.216)	2.508
Receita com remuneração do ativo de concessão	-	13.610	13.610
Receita Operacional Bruta	**19.724**	**(1.090)**	**18.634**
(-) Deduções	(908)	145	(763)
Remuneração dos ativos da concessão, liquida	**18.816**	**(945)**	**17.871**
(-) Custos Operacionais	(7.140)	2.590	(4.550)
Lucro Bruto	**11.676**	**1.645**	**13.321**
Receitas (Despesas) Operacionais	(75)	-	(75)
Gerais e Administrativas	(75)	-	(75)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	**11.601**	**1.645**	**13.246**
Resultado Financeiro	(8.498)	-	(8.498)
Receitas Financeiras	793	-	793
Despesas Financeiras	(9.291)	-	(9.291)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**3.103**	**1.645**	**4.748**
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(850)	276	(574)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	109	(143)	(34)
Resultado Liquido do Exercicio	**2.362**	**1.778**	**4.140**

Docusign Envelope ID: 1E5C8F67-CC0D-4862-83FD-3570BE4AB56A

Em 2018 a **Assú Transmissora de Energia Ltda**. firmou um contrato de concessão (por 30 anos) com a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), conforme previsto em contrato, a transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas:

(i) construir; e,

(ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão.

As Demonstrações Financeiras da **Assú** não mencionam:

- O reconhecimento das receitas em conformidade com o IFRS 15 / CPC 47 (Receita de contrato com clientes)
- Ativos Financeiros em conformidade com o IFRS 9 / CPC 48 (Instrumentos Financeiros).

Os ajustes necessários com base no fluxo de Caixa projetado foram calculados e consequentemente realizados e as Demonstrações estão sendo reapresentadas contemplando este evento.

***